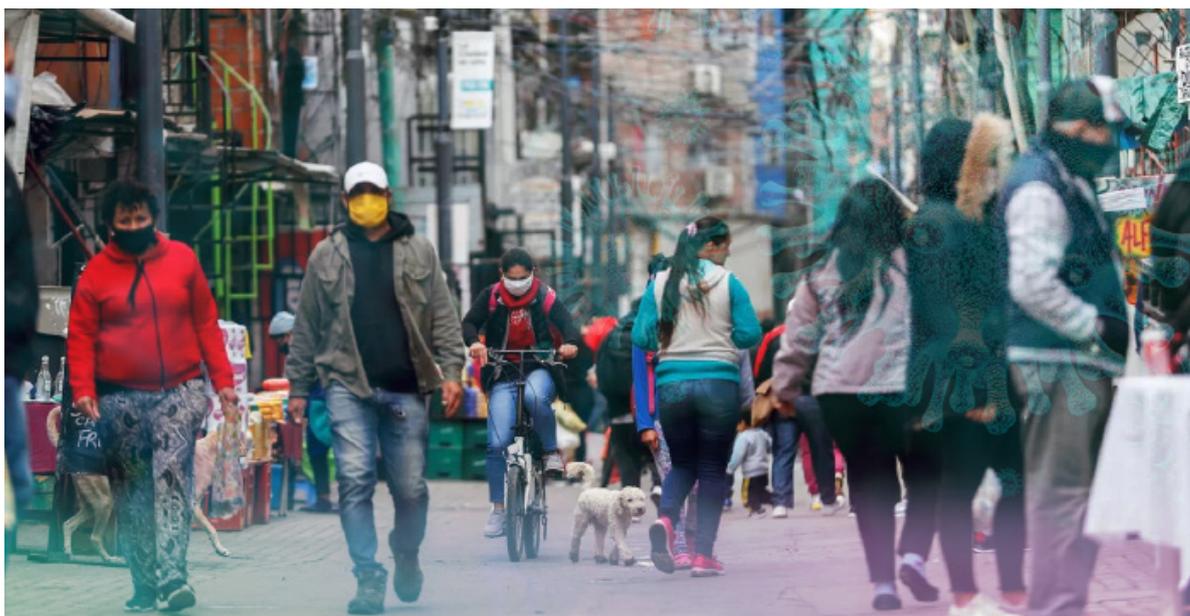


Pensar la pandemia desde las Ciencias Sociales y las Humanidades



Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas
Pensando a pandemia desde o Brasil

Hiran Possas
Bernardo Tomchinsky

Maria Antonieta Antonacci
Nirlene Nepomuceno

(Brasil)

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas. Pensando a pandemia desde o Brasil

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa levantou questões em torno de mobilizações comunitárias de povos indígenas, comunidades quilombolas e populações de favela ao longo de 2021, durante o período mais crítico da pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, (OMS), em março de 2020. A população do Brasil, de mais de 212 milhões de pessoas, longe de ser homogênea é composta por grupos de grande diversidade étnica e cultural. Focamos povos indígenas do Sudeste do Pará, na Região Norte do Brasil, comunidades quilombolas e comunidades faveladas da Região Sudeste, especificamente Rio de Janeiro e São Paulo. Os povos indígenas e afro-diaspóricos possuem certas semelhanças quanto às suas histórias, incluindo deslocamentos forçados e perdas de seus territórios, perseguições, tentativas de aculturação e integrações forçadas em uma sociedade nacional onde sofrem exclusão social, invisibilização e racismo.

Desde o início da pandemia os prognósticos traçaram um cenário sombrio, intensificando vulnerabilidades desses grupos populacionais sujeitando impactos maiores do que a população geral. As estimativas apontavam que pelo menos 81 mil indígenas estavam em situação de vulnerabilidade crítica à Covid-19 (DAMASCO et al 2020), enquanto a população negra apresentava 39% mais chances de morrer de Covid do que a população branca, diferenças que podem ser atribuídas às desigualdades socioeconômicas e a históricas imbricações entre cor de pele e condições de vidas precárias que pautam/perseguem esses segmentos. Apesar de suas particularidades, seus processos históricos deixam esses grupos mais vulneráveis às crises vivenciadas, sendo que a pandemia do Covid-19 deixou isto claro.

A pandemia da Covid-19 exacerbou a necropolítica do governo do presidente Jair Bolsonaro que, desde sua chegada ao poder, em 2019, elegeu povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, além das populações vulneráveis das favelas, como inimigos a combater, levando a recrudescimento das desigualdades sociais, políticas, econômicas, sem perder de vista violências racial e cultural contra esses povos, em uma sociedade onde o racismo estrutural é presente. A postura negacionista desse governo ante a gravidade da crise ocasionou o retardamento de medidas sanitárias e de prevenções capazes de atenuar os efeitos do vírus e salvar milhares de vida.

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas.
Pensando a pandemia desde o Brasil

O governo do presidente Jair Bolsonaro não só adotou postura negacionista diante da pandemia como, de acordo com relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, instituída pelo Senado Federal, atuou diretamente na propagação do vírus, quer por meio de *fake news*, quer pela implementação de um gabinete paralelo de assessoramento, contrariando recomendações do próprio Ministério da Saúde. No auge da pandemia, Bolsonaro por duas vezes substituiu o Ministro da Saúde, deixando a Pasta acéfala por cerca de dois meses, para finalmente designar para o cargo um general sem qualquer familiaridade com questões e políticas de saúde, com obediência militar pelas ordens de seu superior.

Entre os grupos focados nesta pesquisa, considerando sua diversidade, foi possível acompanhar respostas diversas à pandemia, que possibilitaram formas de organização, estratégias de ação, e melhores respostas à emergência do covid-19, na ausência do estado. Sem serem excludentes possuem inúmeras correlações.

Sem o respaldo dos poderes públicos, estratégia comum entre vários povos indígenas, no início da pandemia, foi o autoisolamento, mais eficientes em territórios maiores e mais protegidos e conservados, onde recursos naturais ajudaram a manter suas populações em acampamentos na mata. Estratégia importante para resgatar práticas tradicionais e o convívio familiar. Nos acampamentos, jovens conviveram mais próximos a idosos, em configurações distantes das construídas aldeias e com poucos espaços comuns de convivência.

Entre as populações nativas mais afetadas, houve grande número de lideranças que faleceram e ancestralizaram, incluindo alguns de projeção internacional, como Paulinho Paiakan, Aritana Yawalapati, Pangra Kayapó, entre outros caciques e lideranças históricas, que detinham vasto conhecimento sobre o uso de plantas medicinais e curas, como desempenhavam importante papel como referência cultural, moral, histórica, na união seus povos, saberes estratégicos para o momento de crise vivenciado.

Além de comunidades quilombolas da Amazônia, em São Paulo destacam-se os quilombos do Vale do Ribeira, na Mata Atlântica, que há 300 anos plantam de modo tradicional. Liberados a cultivar na floresta, em sistema coivara: limpar área, plantar por dois anos, ida à outra área, com a mata nativa recuperando-se. Participantes de programas governamentais de fornecimento de alimentos para a merenda escolar, com o fechamento das escolas pela covid, ficaram sem ter como escoar suas produções e sem gerar renda. Já prejudicados, antes mesmo

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas.
Pensando a pandemia desde o Brasil

da pandemia, por vetos do presidente Jair Bolsonaro a projetos em torno da agricultura familiar, a insegurança alimentar só não sofreu agravantes mediante conjunto de mobilizações que canalizou a produção agrícola do Vale do Ribeira para favelas e periferias urbanas da cidade de São Paulo. A questão quilombola no Brasil, abrigando cerca de 6.000 comunidades, só 137 tem posse oficial das terras, segundo Observatório de Terras Quilombolas.

Outra referência à expressiva presença de povos e culturas negras no Brasil, lutando em defesa de territórios, vidas, festas e costumes tradicionais, as favelas tiveram seu ativismo comunitário, que desde muito vem sendo gestado, expandido durante a pandemia, em resposta à falta de soluções governamentais. Esse ativismo é responsável por manter a vida funcionando nestes espaços, muitas vezes de forma ousada e inovadora, o que explica que em 2019 as favelas tenham movimentado um valor estimado em 120 bilhões de reais¹ (RODRIGUES, 2021, p.3).

À margem dos poderes públicos e do resto da sociedade, essas comunidades elaboraram esquemas alternativos, redes de proteção e complexos planos de ação para garantir aos moradores desde atendimentos médicos a locais em que pudessem isolar infectados pelo vírus, fornecimento de cestas básicas e refeições prontas. Impulsionaram ainda atividades geradoras de renda, como ações empreendedoras do “Édetodos”², vital para a mínima sobrevivência de muitos lares, às vezes em trabalhos precários sem garantias trabalhistas, ou no setor de serviços, um dos mais atingidos por medidas de restrições à circulação nos meses cruciais da pandemia. Apesar dessas iniciativas, a pandemia empurrou milhares de famílias de volta a linha de pobreza, enquanto muitos caíram na miséria, de onde haviam conseguido emergir nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016.

A compreensão sobre as estratégias de enfrentamento e sobrevivência desses grupos frente a pandemia da Covid 19 e fatores relacionados constituem o objetivo deste PLA (Políticas e Linhas de Ação), focando redes comunitárias que se intercambiaram no decorrer da crise sistêmica inflada pelo Covid.

¹ Equivalentes a cerca de 30 bilhões de dólares pela cotação da moeda na época.

² O Fundo Édetodos é vocacionado para as classes CDE, reunindo empreendedoras sociais, aceleradoras e negócios de impacto.

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas. Pensando a pandemia desde o Brasil

ANÁLISE POLÍTICA

O Brasil é um país pluriétnico reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Apesar dessa característica, o Estado e a sociedade preservam uma visão elitista e racista que invisibiliza e persegue, sistematicamente, os grupos que pluralizam a cultura brasileira, povos indígenas e afro-diaspóricos moradores de comunidades rurais (quilombolas) e urbanas (favelas). A análise desse processo histórico deve levar em consideração diferentes eixos correlacionados, incluindo as relações Estado, capital, sociedade, território e racismo.

O Estado, como instituição oficial, incorpora em seu discurso e ações as práticas da elite dominante, que apesar dos avanços da Constituição não deixou de ocupar e dominar este espaço. Esta elite, apegada a heranças coloniais e escravocratas, reproduz grupos desumanizados com base em raças e origens, para perpetuar seus privilégios e manterem domínio político.

Em contraposição a essa sociedade hegemônica, povos e comunidades tradicionais apresentam outras formas de vida e de culturas, uso dos recursos naturais e seus territórios para construir um mundo mais igualitário, criativo e resiliente. Seus viveres estabelecem relações diretas entre uso e proteção dos territórios, criação de identidade com senso de pertencimento e ações comunitárias. Entretanto, justamente esses territórios, fundamentais para sobrevivências desses povos/grupo, são objeto de cobiça pelo Estado/elite/capital, fomentando conflitos persistentes.

A Covid 19 surge como nova doença para a humanidade, tensionando crises existentes, evidenciando conflitos que persistem enquanto bolsões de pobreza, fome e miséria, ameaças territoriais, ausência do Estado e racismo, atingindo de forma distinta as diferentes populações. Apesar de seus impactos, a pandemia da Covid não difere em sua causa de outras epidemias e violências vivenciadas por povos indígenas e afro-diaspóricos, por isso antigas estratégias foram aprimoradas e novas criadas pelos grupos mais afetados para enfrentar a crise e o Estado. No Brasil, avanços conquistados nos direitos dos povos e comunidades tradicionais com a Constituição não foram suficientes ou consolidados a ponto de sobreviverem aos retrocessos fomentados pelo atual governo brasileiro, mostrando-se frágeis ao serem facilmente revogados por ações do governo federal, congresso e judiciário nos últimos anos.

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas. Pensando a pandemia desde o Brasil

PROPOSTAS

Promover intercâmbios e ações interculturais entre povos indígenas, quilombolas, grupos populares de favela frente desafios de crise sistêmica agravada pela pandemia do Covid-19 e necropolíticas insufladas pelo governo federal, ampliaram tensões e abriram a conjugações impensáveis, como a de quilombolas, distantes a centenas de quilômetros alimentarem periferias da cidade de São Paulo. Ou comunidades quilombolas e territórios nativos unirem-se em Redes de Sementes reflorestando territórios e mentes. Ou ainda, de grupos favelados gestarem enfrentamentos à covid, configurando “A resposta do Brasil para a pandemia está nas favelas”.³

Os principais argumentos para Políticas e Linhas de Ação emergiram dos próprios protagonistas deste trabalho.

- Sustentar políticas focadas na Constituição de 1988 reconhecendo dimensões pluriétnicas e interculturais de povos do Brasil, demarcadas na Amazônia por territórios indígenas e comunidades quilombolas, na perspectiva que esses povos são vitais a conter o desmatamento, preservar e manter florestas em pé, usufruir o potencial de biodiversidade em regiões hoje sob pressões do fogo, do garimpo, de grileiros, de expansão agrária e pecuarista;
- Linhas de ação que sustentem e contribuam a proteger áreas do patrimônio socioambiental do Brasil. Diversos estudos vêm comprovando serem de apenas 2% o desgaste da cobertura vegetal em territórios indígenas e comunidades quilombolas, sendo tais territórios que contêm o desmatamento no Brasil, conforme publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC 2021) *Povos Tradicionais e Biodiversidade: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*;
- Políticas e linhas de ação que discutam injunções cultura/natureza a partir de argumentos de povos indígenas, quilombolas, comunidades de favelas na incorporação do espaço a partir de seus interesses e valores em torno do acesso à biodiversidade e propostas de reformas agrárias na Amazônia.

³ Expressão de Gilson Rodrigues, líder de Paraisópolis, em artigo sob o título acima citado, publicado na edição de agosto do jornal comunitário de Paraisópolis, *Espaço do Povo* (Edição 79, ano 12, ago. 2021).

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas.
Pensando a pandemia desde o Brasil

- Aproximação de dinâmicas de construções identitárias indígena e quilombola, configurando situações semelhantes – “Quilombola é ser, não estar” –, em processo de identidades alheias ao estarem em aldeias ou quilombos. Apesar de o território ser elemento central para estas comunidades, não deixam de ser indígenas ou quilombolas por estarem fora de suas aldeias ou quilombos;
- Ampliação da participação de povos e comunidades tradicionais na elaboração e monitoramento de políticas públicas que afetem as suas vidas, com a criação de conselhos consultivos e deliberativos, além de eleição de representantes destas comunidades em cargos públicos;
- Demarcação, proteção e monitoramento participativo dos territórios tradicionais (indígenas e quilombolas), e a aplicação de ações penais contra os invasores;
- Respeito à legislação da OIT 169/1989 referente a povos indígenas e tribais, com seus direitos à consulta livre, prévia, esclarecida em ações que interferem nas suas vidas, ampliando a elaboração e usos dos protocolos comunitários de consulta prévia;
- Políticas de geração de vida, geração de renda que sustentem e unam saberes de povos indígenas e comunidades tradicionais, com tecnologias articulando a biodiversidade e promovendo economias locais, restaurando áreas da floresta Amazônica e da floresta da Mata Atlântica, articulando seus agentes nativos e quilombolas em diálogos, entre conhecimentos tradicionais e o saber científico, respondendo a desafios atuais;
- Linhas de ação que promovam intercâmbios e articulem coletores de Rede de Sementes do Xingu, na Amazônia, a coletores de Rede de Sementes do Vale do Ribeira, onde povos de culturas negras e nativas convivem e estimulam viveres na Mata Atlântica, no Sul do Estado de São Paulo, em atividades de reflorestar e garantir sua segurança alimentar;
- Políticas e linhas de ação que enfrentem expressões de racismos no Brasil em profundos questionamentos ao conceito de raça, que pode ser desvelado e combatido em bases científicas e morais.
- Manter e fortalecer “consórcio de doações” entre 16 comunidades quilombolas e caiçaras do Sul de São Paulo a favelas do entorno da cidade de São Paulo, conforme negociações do ISA, mantendo produtos cultivados em roças pela

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas.
Pensando a pandemia desde o Brasil

Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira, a periferia da cidade de São Paulo, como favelas São Remo, Higienópolis, Brasilândia e outras favelas;

- Linhas de ações mantendo Cooperquivale, Museu Afro Brasil, ISA e Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq), em recente campanha para alimentar a periferia de São Paulo: “Contra a fome e a Covid-19, quilombolas põem comida na mesa da favela!”;
- Políticas de escolarização em territórios indígenas, quilombolas e favelas, com currículos de seus universos, priorizando seus modos de vida e fundamentos culturais, contribuindo a promover sua sabedoria, línguas, cosmologias tradicionais frente a instituições escolares coloniais;
- Fortalecimento de redes de apoio mútuo aos povos e comunidades tradicionais como estratégia de construção de parcerias, iniciativas de apoio e monitoramento dos territórios e suas populações;
- Políticas que garantam direitos de povos indígenas, quilombolas, afro diásporas, preservando a multiplicidade cultural e biodiversidade inerentes a diversidade cultural de populações brasileiras;
- Linhas de ação promovendo guardiãs de tradições diaspóricas que, em diferentes comunidades quilombolas, atualizam e retomam papéis de matriarcado africano, protegendo territórios e direitos;
- Fortalecimento de Pólos de Transformação Cidadã nas favelas como forma de produzir esperança e gerir renda em cenários pós-pandemias, enfrentando individualismos e mercado de trabalho precarizado;
- Linhas de ação para manter cozinhas solidárias com produção de marmitas para distribuição de alimentos de qualidade;
- Linhas de ação para expansão de hortas comunitárias. Surgidas durante a pandemia, abasteceram famílias vulneráveis também capacitadas a criar suas próprias hortas;
- Ampliar redes de atendimento e cuidados à saúde mental nas áreas de favelas, envolvendo escolas, profissionais da saúde e da saúde mental e instituindo redes de proteção voltadas aos órfãos da Covid-19;

Sentidos comunitários e redes de comunicações entre povos indígenas, quilombolas e populações de favelas.
Pensando a pandemia desde o Brasil

- Capacitar lideranças comunitárias para gerenciamento de recursos e doações a instituições sociais nas favelas;
- Formar redes de monitoramento que acompanhem a permanência/evasão de alunos da rede básica no pós-pandemia;
- Avaliar serviços e especialidades hospitalares voltadas à reabilitação respiratória, uma das principais sequelas da Covid-19.
- Estimular linhas de pesquisa pós-coloniais e decoloniais fazendo frente a perspectivas de subalternidades e de discussões pós- raciais.

SOBRE LOS AUTORES Y LAS AUTORAS

Hiran Possas Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade (PDTSA-Unifesspa). Email: hiranpossas@unifesspa.edu.br

Bernardo Tomchinsky Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade (PDTSA-Unifesspa). Email: btomchinsky@unifesspa.edu.br

Maria Antonieta Antonacci Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (PUC). E-mail antonieta.antonacci@gmail.com

Nirlene Nepomuceno Centro Universitário Assunção – UNIFAI (Professora convidada). Email bebelnepomuceno@gmail.com



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO Secretaría
Ejecutiva

Karina Batthyány
Secretaria Ejecutiva

María Fernanda Pampín
Directora Editorial

Pablo Vommaro
Director de Investigación

Equipo Editorial

Lucas Sablich
Coordinador Editorial

Solange Victory
Gestión Editorial

Nicolás Sticotti
Fondo Editorial

Equipo Programa
de Becas y Convocatorias

Teresa Arteaga
Tomás Bontempo

Falta...

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.